

Empresa de  
Transmissão de  
Várzea Grande  
S.A. - ETVG

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da  
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG  
Mato Grosso - MT

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando



aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

# Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>16.838</b>	<b>18.902</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.499	10.802
Títulos e valores mobiliários	6	779	773
Contas a receber ativo financeiro	7	12.192	5.317
Outros ativos		1.368	2.010
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber ativo financeiro	7	72.553	59.469
Depósitos judiciais		63	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>89.454</b>	<b>78.371</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>29.326</b>	<b>46.088</b>
Empréstimos e financiamentos	8	26.492	25.853
Fornecedores		277	19.351
Partes relacionadas - Dividendos	14.2	1.603	370
Encargos regulatórios		333	135
Outros passivos		621	379
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>39.927</b>	<b>16.443</b>
Empréstimos e financiamentos	8	12.660	14.081
Tributos e contribuições sociais a recolher		162	169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	5.156	2.193
Partes relacionadas - Adiantamento para futuro aumento de capital	14.3	21.949	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>20.201</b>	<b>15.840</b>
Capital social	10.1	9.399	9.399
Reservas de lucros		9.392	6.441
Dividendos adicionais propostos		1.410	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>89.454</b>	<b>78.371</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	11	<b>26.716</b>	<b>36.922</b>
<b>CUSTO OPERACIONAIS</b>			
Custo dos serviços prestados		(976)	(513)
Custo de infraestrutura		(14.783)	(31.709)
		<b>(15.759)</b>	<b>(32.222)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>10.957</b>	<b>4.700</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Administrativas e gerais		(579)	(372)
Pessoal		(34)	(29)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(53)	(82)
		<b>(666)</b>	<b>(483)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>10.291</b>	<b>4.217</b>
Despesas financeiras	12	(1.289)	(1.378)
Receitas financeiras	12	369	244
		<b>(920)</b>	<b>(1.134)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>9.371</b>	<b>3.083</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(690)	(240)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(2.963)	(1.239)
		<b>(3.653)</b>	<b>(1.479)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>5.718</b>	<b>1.604</b>
<b>Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$</b>		<b>0,60836</b>	<b>0,17066</b>
<b>Quantidade de ações do capital - lotes de mil</b>		<b>9.399</b>	<b>9.399</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de reais)*

	31/12/2016	31/12/2015
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.718</b>	<b>1.604</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.718</b>	<b>1.604</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



# Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>9.399</b>	<b>306</b>	-	<b>4.776</b>	-	-	<b>14.481</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.604	1.604	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	10.2	-	81	-	-	-	(81)	-	
Reserva de lucros	10.2	-	-	-	995	-	(995)	-	
Dividendos declarados	10.2	-	-	-	-	-	(245)	(245)	
Reserva de incentivos fiscais		-	-	283	-	-	(283)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>9.399</b>	<b>387</b>	<b>283</b>	<b>5.771</b>	-	-	<b>15.840</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.718	5.718	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	10.2	-	286	-	-	-	(286)	-	
Reserva de lucros	10.2	-	-	-	1.967	-	(1.967)	-	
Dividendos declarados	10.2	-	-	-	-	-	(1.357)	(1.357)	
Dividendos adicionais propostos	10.2	-	-	-	-	1.410	(1.410)	-	
Reserva de incentivos fiscais	10.2	-	-	698	-	-	(698)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>9.399</b>	<b>673</b>	<b>981</b>	<b>7.738</b>	<b>1.410</b>	-	<b>20.201</b>	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis .

# Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.371	3.083
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Variações monetárias e cambiais líquidas	2.072	1.329
Receita de aplicações financeiras	(93)	(91)
Atualização monetária - impostos a recuperar	(79)	(19)
Descontos financeiros obtidos	-	(4)
	<b>11.271</b>	<b>4.298</b>
<b>Aumento no ativo</b>		
Contas a receber ativo financeiro	(19.959)	(33.018)
Outros ativos	658	(7.374)
	<b>(19.301)</b>	<b>(40.392)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores	(19.074)	25.059
Encargos regulatórios	191	18
Outros passivos	(454)	(327)
	<b>(19.337)</b>	<b>24.750</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas das atividades operacionais</b>	<b>(27.367)</b>	<b>(11.344)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	91	967
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	(4)	(766)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>87</b>	<b>201</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.949	-
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	-	24.310
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(125)	(51)
Pagamento de juros do financiamento	(1.420)	(1.327)
Amortização do financiamento	(1.427)	(1.427)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>18.977</b>	<b>21.505</b>
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.303)</b>	<b>10.362</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do exercício	10.802	440
Saldo no final do exercício	2.499	10.802
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.303)</b>	<b>10.362</b>
<b>Informações adicionais</b>		
Pagamento contribuição social	177	177
Pagamento de imposto de renda	303	303

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1 Informações gerais

A Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (“Companhia” ou “ETVG”), foi constituída em 20 de julho de 2010, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada à Avenida Miguel Sutil, nº 8695, 3º andar, salas 30B2 e 30B3, Duque de Caxias, na Capital do Mato Grosso - MT.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, em fase operacional, assim como implantar e operar o reforço descrito na Resolução autorizativa abaixo, em fase pré-operacional:

Número	Contrato de concessão			
	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
018/2010	30	2040	R\$ 4.026	IPCA
Resolução autorizativa nº 4.885 de 21/10/2014	26	2040	R\$ 3.267	IPCA

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

Em 23 de dezembro de 2012 entrou em operação comercial a linha de transmissão, e em 04 de junho de 2016, o reforço entrou em operação comercial.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Em função da construção do reforço a partir do final de 2014, a Companhia captou recursos de terceiros para a para a conclusão da obra, conforme apresentado na rubrica de empréstimos e financiamentos, por esse motivo a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 12.488 em 31 de dezembro de 2016 (R\$27.186 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia depende de aportes de recursos financeiros dos seus acionistas juntamente com os resultados futuros suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2016 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 14 de fevereiro de 2017.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## **3 Sumário das práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

### **3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

#### **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários**

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a

valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

### **3.1.2 Contas a receber ativo financeiro**

A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

### **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### **3.1.4 Ativo financeiro de concessão**

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

### **3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

### **3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

## **3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

### **3.3 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

### **3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.5 Tributação**

#### **3.5.1 Imposto sobre a receita**

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### **3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes**

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

#### **3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - Diferidos**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

### **3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

### **3.7 Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de

Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

### **3.8 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica**

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP:

#### **3.8.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura**

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

#### **3.8.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão**

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

#### **3.8.3 Receita de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

#### **3.8.4 Receita de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

#### **3.8.5 Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## **4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC**

### **4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas**

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

<b>Norma</b>	<b>Vigência</b>	<b>Principais pontos introduzidos pela norma</b>	<b>Impactos da adoção</b>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa</u></b>		
Numerário disponível	1.048	3.333
Certificados de depósitos bancários	1.451	7.469
	<u>2.499</u>	<u>10.802</u>

Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, a 80,00% do CDI em 31 de dezembro de 2016 e a 92,90% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

## 6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 779 (R\$ 773 em 31 de dezembro de 2015), conforme definido nos contratos de empréstimo com o Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras



correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 102,93% do CDI em 31 de dezembro de 2016 e a 100,53% em 31 de dezembro de 2015.

## 7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) **Parte através da Receita Anual Permitida - RAP** recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>31.374</b>
Receita de operação e manutenção (nota 11)	1.018
Remuneração do ativo de concessão (nota 11)	4.941
Receita de infra-estrutura (nota 11)	31.709
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(4.256)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>64.786</b>
Receita de operação e manutenção (nota 11)	1.563
Remuneração do ativo de concessão (nota 11)	11.156
Receita de infra-estrutura (nota 11)	14.783
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(7.543)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>84.745</b>
Contas a receber ativo financeiro - circulante	12.192
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	72.553
	<b>84.745</b>

## 8 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante					Não circulante			
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2016	31/12/2015	Principal	Custo a amortizar	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil - FCO	01/12/2026	10%	111	1.427	(6)	1.532	1.543	12.700	(40)	12.660	14.081
Banco Santander (Brasil). S.A.	28/06/2016	115% do CDI	2.460	22.500	-	24.960	24.310	-	-	-	-
			<b>2.571</b>	<b>23.927</b>	<b>(6)</b>	<b>26.492</b>	<b>25.853</b>	<b>12.700</b>	<b>(40)</b>	<b>12.660</b>	<b>14.081</b>

Empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A. - FCO, firmado em 23 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 17.835. O pagamento deste empréstimo será feito em 150 prestações mensais e sucessivas, acrescido de encargos, vencendo a primeira em 01 de julho de 2014 e a última em 01 de dezembro de 2026. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.

Empréstimo junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., firmado em 17 de junho de 2015, no montante de R\$ 22.500, com incidência de juros equivalentes a taxa efetiva + 115% da taxa do CDI, e vencimento em 26 de junho de 2016, repactuado para 31 de janeiro de 2017.

O contrato com o Banco do Brasil - FCO não exige manter índices financeiros.

- b.** Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Banco do Brasil - FCO	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	5.555	12.660
	<u>1.421</u>	<u>1.421</u>	<u>1.421</u>	<u>1.421</u>	<u>1.421</u>	<u>5.555</u>	<u>12.660</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

## **9 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão. Até o exercício fiscal de 2014 a Companhia foi optante pelo regime de tributação lucro presumido e a partir do ano calendário de 2015 passou a optar pelo lucro real com o incentivo fiscal da SUDAM, correspondente à redução de imposto de renda equivalente a 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruição do benefício se dará nos próximos 9 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação. Os registros contábeis foram efetuados em contrapartida nas contas de resultado conforme demonstrado na nota explicativa n. 13.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
<b>Base de cálculo</b>	<b>18.755</b>	<b>18.755</b>	<b>8.116</b>	<b>8.116</b>
Imposto diferido - base de cálculo (1)	12.232	18.755	5.073	8.116
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	6.523	-	3.044	-
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%	0%	6,25%	0%
Total tributo alíquota efetiva (1)	3.060	1.688	1.272	730
Total tributo alíquota incentivada	408	-	190	-
<b>Total IRPJ e CSLL diferido</b>	<b>3.468</b>	<b>1.688</b>	<b>1.462</b>	<b>730</b>
		4.748		2.003
		408		190
		<b>5.156</b>		<b>2.193</b>

(1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:

I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;

II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real		Lucro Real	
	Adições	2015	Adições	2016
Imposto de renda diferido	842	1.462	2.006	3.468
Contribuição social diferida	397	731	957	1.688
	<b>1.239</b>	<b>2.193</b>	<b>2.963</b>	<b>5.156</b>

## 10 Patrimônio líquido

### 10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 9.399, composto por 9.398.795 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
Alupar Investimentos S/A	9.398.794	100,00	9.398.794	100,00
Outros	1	-	1	-
<b>Total das ações</b>	<b>9.398.795</b>	<b>100,00</b>	<b>9.398.795</b>	<b>100,00</b>

## 10.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Destinação do resultado	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.718</b>	<b>1.604</b>
Constituição de reserva legal (5%)	(286)	(81)
<b>Subtotal</b>	<b>5.432</b>	<b>1.523</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.357)	(245)
Dividendos adicionais propostos	(1.410)	-
Reserva de lucros	(1.967)	(995)
Reserva de incentivos fiscais	(698)	(283)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 11 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>27.502</b>	<b>37.668</b>
Receita de operação e manutenção (nota 7)	1.563	1.018
Remuneração do ativo de concessão (nota 7)	11.156	4.941
Receita de infra-estrutura (nota 7)	14.783	31.709
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(786)</b>	<b>(746)</b>
Programa de Integração Social - PIS	(83)	(102)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(380)	(470)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(217)	(115)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(73)	(38)
Taxa de fiscalização	(33)	(21)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>26.716</b>	<b>36.922</b>

## 12 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas financeiras</b>	<b>369</b>	<b>244</b>
Receita de aplicações financeiras	288	236
Outros	81	8
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.289)</b>	<b>(1.378)</b>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.207)	(1.323)
Outros	(82)	(55)
<b>Total líquido</b>	<b>(920)</b>	<b>(1.134)</b>

## 13 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Tributos correntes lucro real:</b>				
Lucro societário antes do IR e CS	9.371	9.371	3.083	3.083
(+) Adições/Exclusões	(5.265)	(5.265)	(1.497)	(1.497)
<b>Base de cálculo</b>	<b>4.106</b>	<b>4.106</b>	<b>1.586</b>	<b>1.586</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	<b>(1.003)</b>	<b>(370)</b>	<b>(373)</b>	<b>(143)</b>
Lei Rouanet (-) 1%	6	-	-	-
Reversão de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	123	44
Art. 69 Lei 12.973	(16)	(4)	(129)	(46)
Incentivo fiscal SUDAM	697	-	283	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>(316)</b>	<b>(374)</b>	<b>(96)</b>	<b>(145)</b>

## 14 Partes relacionadas

### 14.1 Remuneração da alta Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 dezembro de 2015, a remuneração da alta administração foi de R\$ 53 e R\$ 82, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

### 14.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, descritos na nota explicativa 10.2, totalizando R\$ 1.603.

### 14.3 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia necessitou de recursos por parte da acionista Alupar Investimento S.A, que foram aportados no período de 26 de fevereiro de 2016 a 25 de agosto de 2016, totalizando o montante de R\$ 21.949.

## 15 Instrumentos financeiros

### 15.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

## **15.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, contas a receber ativo financeiro, títulos e valores mobiliários e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como empréstimos e recebíveis e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo :

- (i) **FCO Banco do Brasil:** Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;
- (ii) **Santander (Brasil) S.A.:** Como os valores a pagar são reajustados pelo CDI, o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

## **15.3 Hierarquia do valor justo**

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber de ativo financeiro e aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em caixa e equivalentes de caixa.

## **15.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

### **15.4.1 Risco de crédito**

#### *a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias*

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

**15.4.2 Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

**15.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

**15.4.4 Risco de taxas de juros**

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação de juros e de CDI.

**15.4.5 Risco de preço**

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

**16 Benefícios a empregados**

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

**17 Eventos subsequentes**

Em 12 de janeiro de 2017 foi emitida uma Cédula de Aditamento de Crédito Bancário - Capital de Giro, no valor de R\$ 20.000, referente ao empréstimo do Santander, com incidência de juros equivalentes a taxa efetiva + 128,5% do CDI, passando o novo vencimento a ser 30 de junho de 2017.

Em 30 de janeiro de 2017 a Companhia recebeu recursos através de adiantamento para futuro aumento de capital da sua acionista Alupar Investimento S.A. no montante de R\$3.500.

\* \* \*

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho  
Diretor Administrativo Financeiro

João Eduardo Greco Pinheiro  
Diretor Técnico

Lucilene Silva  
Contadora - CRC 289.421-O-1